

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE OS DISCURSOS DO ENSINO MÉDIO

Larissa Santos Sousa¹
Kiara Tatianny Santos da Costa²

RESUMO

O presente trabalho encarrega-se de analisar os discursos produzidos frente aos debates travados sobre a temática de reformulação do Novo Ensino Médio. A reforma, sancionada em 2024, é um produto de debates entre representações sociais e políticas ao longo do tempo em torno das diretrizes estabelecidas para a reforma em 2017. Nesse período estabeleceu-se uma discussão sobre a temática que tem sido alvo de muitos debates e que tem gerado opiniões adversas. À vista disso, temos por objetivo geral analisar os discursos veiculados na mídia digital sobre o Novo Ensino Médio (NEM) entre os anos de 2022 e 2024. Para atender às dimensões deste estudo analítico-discursivo, estruturamos a discussão teórica a partir do debate sobre o Novo Ensino Médio mediados pelo texto-base publicado em 2017 e a lei do texto final sancionado em 2024. Metodologicamente, esta pesquisa é caracterizada como qualitativa de caráter descritivo, inscrita no campo da análise de conteúdo. No que diz respeito aos resultados assinalamos dois pontos: primeiramente foram analisados discursos e destacados pontos positivos e negativos em relação à nova lei. Por fim, ressaltamos que há um enfoque na formação centrada no desenvolvimento de competências técnicas e habilidades, evidenciando o lugar da formação de empreendimento para os jovens atenderem às demandas do mercado trabalhista, subjacentes aos discursos.

Palavras-chave: Ensino Médio, Discursos, Reforma curricular.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio tem sido presentemente tema de debate intenso principalmente a partir da reforma que passou a ser formulada de maneira pouco democrática, discussão essa que foi ampliada partir da reformulação do Novo Ensino Médio (NEM), que tem concebido a circulação de vários discursos. Tais questões devem ser pensadas necessariamente para refletir um pouco sobre o contexto que gerou essas discussões acerca desta temática.

O Ensino Médio no Brasil tolerou uma série de desafios e mudanças, que se tornaram imprescindíveis para se adequar às necessidades e demandas da atualidade. Por este motivo, houve o surgimento da proposta do (NEM), que surge diversas transformações que visam promover uma formação mais integral, flexível e em sintonia com demandas da atualidade.

Por este motivo, houve o surgimento da proposta do (NEM), que surge diversas transformações que visam promover uma formação mais integral, flexível e em sintonia com demandas da atualidade. Mudança essa que teve como objetivo aproximar as escolas com a

¹ Pós- Graduada do Curso de lato sensu em Docência na Educação Básica na Era Digital da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. larissasousz@gmail.com;

² Doutora em Educação. Professora adjunta da UFCG. kiara.tatianny@professor.ufcg.edu.br.

realidade dos alunos e garantir a qualidade desses estudantes e brasileiros, visando às novas demandas e dessemelhança do mundo trabalhista e da vida em sociedade (Brito, 2024).

Perante as inquietações geradas pela discussão acima, estruturamos este trabalho com o intuito de investigar os discursos sobre o novo Ensino Médio desde o princípio dos seguintes objetivos: GERAL: investigar os discursos vinculados sobre o Novo ensino médio (NEM) entre os anos de 2022 e 2024. Nos quais objetivos específicos elegemos: suceder uma revisão bibliográfica sobre a temática: distinguir e categorizar os aspectos positivos nos discursos sobre o (NEM); identificar e categorizar os aspectos com negação nos discursos sobre o (NEM).

A escolha do tema foi causada por três fatores: Pessoais, por ser um tema muito relevante e com debates intensos entre a sociedade, a partir disso, surgiu o desejo de penetrar na discussão sobre o Novo ensino médio com destaque nos discursos e conteúdos publicados. O fator dois é o acadêmico que relaciona-se com a comunidade acadêmica com intuito de contribuir com a comunidade científica e profissional nos dias atuais, um momento de ué se trata de um assunto atual e com grande impacto para os estudantes da área de ensino, tal como para os alunos que cursam o novo NEM, em terceiro: a razão social, com aprofundamento na importância desse tema para sociedade, no qual se trata de questões educativas, que está totalmente interligada em questões políticas e sociais no Brasil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada através de 2 etapas: 1. Levantamento bibliográfico 2. Análise dos discursos veiculados sobre Ensino Médio. A pesquisa foi conduzida de forma estruturada, utilizando o método científico de abordagem qualitativa. Para isso foi necessário executar a pesquisa em diferentes etapas, que foram: seleção do objeto de estudo, delimitação do tema, escolha de palavras-chave, locais de pesquisa, leitura e elaboração de fichamentos e tabelas como também a organização dos dados coletados.

O presente trabalho expõe uma pesquisa de caráter exploratório quanti qualitativa, em que terá como foco examinar as contribuições e ferramentas auxiliaadoras no processo de aprendizagem. As pesquisas de caráter exploratório visam aprofundar a relação entre o pesquisador e a pesquisa investigada, proporcionando a inclusão de fontes que contribuam com o valor da análise. Deste modo, (Silveira e Cordova, 2009), declaram que a análise qualitativa procura examinar os aspectos reais, nos quais não pode ser quantificado e tendo como objetivo o entendimento e explicação do processo das relações sociais.

Foi também utilizado o fluxograma do protocolo PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises) para sistematização da seleção e análise dos artigos. O

sistema PRISMA busca orientar para o uso de fluxograma disposto em quatro etapas, conforme está apresentado na Figura 1 (pág. 26), e que consiste em um checklist com 27 itens que recomendam critérios para serem seguidos no relato sistemático. O propósito do uso do fluxograma é representar a trajetória metodológica utilizada para a seleção dos artigos (Moher et al., 2015).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil lidou por muito tempo com a falta do Estado em termos de responsabilidade, a frente da oferta na qual a educação faltava. Somente a partir do século XV é que a educação das crianças saiu em redondeza familiar, e passou a ser atribuída às escolas, sendo que apenas os filhos das famílias endinheiradas tinha acesso a educação, logo que se tratava de um artigo caro e visto como artigo de luxo.

A partir do impeachment da presidência em 2016, onde tinha como presidente a Dilma Rousseff, onde Michel Temer tomou posse, assumindo o mandato, com isso uma das primeiras decisões foi a aprovação da medida provisória nº 746/2016, que sugeria uma vasta reforma educacional brasileira, iniciando-se na transformação na lei 13.415/2017. Com mudanças importantes e reestruturação na educação básica no Brasil, havendo como exemplo a lei que promoveu uma reforma no Ensino Médio, alterando assim a lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional Vigente, a lei 9394/1996, para determinar um “Novo Ensino Médio”.

Dessa maneira, presume-se que a mudança do Novo Ensino médio tenha proporcionado aos alunos uma jornada de ensino, escolher, onde tenha a sua disponibilidade opções nas quais se identifiquem uma maior afinidade de tal área que irá seguir assim que acabar a confusão da sua escolaridade, de tal forma, garantindo um nível maior de otimismo com um futuro profissional.

A Lei nº 13.415 de 2017 traz mudanças para o Ensino médio, transvertendo a lei Nº 9.394 de 1996. Mudanças essas que abrangem a ampliação da carga horária e alterando ligações de áreas do conhecimento e aos chamados itinerários formativos. Que vem a ser constituídos por projetos com diferentes níveis, a exemplo: a oferta desses itinerários podem ser organizadas de acordo com a relevância com destino ao contexto central e as possibilidades de variados sistemas de ensino (Brasil, 1996).

A lei em questão foi aprovada pelo ex- presidente Michel Temer, que estabeleceu as novas diretrizes para o Ensino médio. Lei essa que foi alterada as diretrizes e Bases da Educação Nacional oferecendo numerosas possibilidades para os alunos, os designados itinerários



formativos, com foco na áreas de conhecimento, formação técnica e profissional, (Brasil, 2017).

No dia 31 de julho de 2024 o presente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a nova lei nº 14.945/2024, com determinação sobre a Política Nacional de Ensino Médio. A norma, que entra em vigor em 2025, alterando a lei Nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e interrompe parcialmente a lei Nº 13.9415/2017, que integra a Reforma do Ensino médio. A lei estabelecida onde os sistemas de ensino deem a largada a implementação do Ensino médio a partir de 2025, com foco aos alunos do Primeiro ano do Ensino Medio.

Em 2026, as regras começaram a adentrar em vigor para o segundo ano também e, subsequentemente em 2027, para o Terceiro e último ano. A secretaria e educação Básica do MEC, Katia Schweickardt, relata que as diretrizes curriculares do novo Ensino médio serão revistas e que os itinerários formativos terão mais limitações, (Ministério da educação, 2024).

A estruturação do Novo Ensino Médio a partir do momento em que consta que está estabelecido na Lei 14.945 de 31 de julho do vigente ano. A discussão na qual foi desenvolvida apresenta a lei supracitada, assim estabelecida um diálogo com a lei N* 13.415. A exibição está organizado a partir das categorias dos discursos declarados em leis aqui especificadas, apontadas de maior relevância para os atendimentos com interesses maior neste tópico.

Em primeira constatação, vale ressaltar que se estabeleceu-se, através da lei 14.945/2024, a composição curricular do Novo Ensino Médio, conforme consta em seu Art. 35 - D:Art. 35-D. A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, em áreas do conhecimento como: linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, artes e educação física, língua inglesa, ciências da natureza e suas tecnologias, integradas 21 por Biologia, física e química, ciências humanas e sociais aplicadas, integradas por Filosofia, geografia, história e sociologia, matemática e suas tecnologias, (Brasil,2024).

Por fim foi elaborado o (Quadro 1), onde é exposto as principais mudanças que ocorreram entre a Lei 13.415 Sancionada em 2017 e a Lei 14.945 sancionada em Julho deste ano.

Quadro 1: Principais mudanças entre as Leis 13.415/20217 e 14.945/2024.

Mudanças	Lei 13.415	Lei 14.915
----------	------------	------------

Carga Horária	1800 H FGB 1200H INTINERÁRIOS FORMATIVOS	2400H FGB 600H INTINERÁRIOS FORMATIVOS
Componentes curriculares	Português e Matemática	Português, Matemática, Ciências da Natureza, Inglês, Educação Física e Ciências Humanas. Espanhol como opcional.
Itinerários Formativos	Variedade e natureza determinada pelas redes.	Cada escola deve ofertar pelo menos 2, exceto as escolas que oferecem Ensino Técnico. Devem ser complementares ao Ensino Regular em 4 áreas.

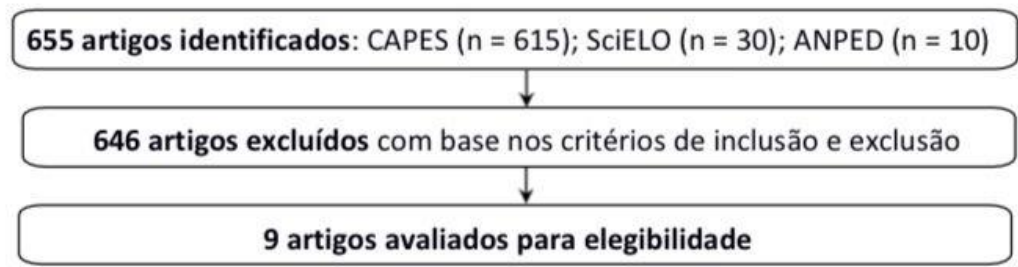
Fonte: Própria autora (2025).

Mediante as informações presentes neste quadro, é notório que a retomada da carga horária obrigatória para formação geral básica é uma enorme conquista, tendo em vista que os alunos estudantes do Novo Ensino Médio tenham uma base sólida das disciplinas gerais, onde poderão ter um bom desempenho no Enem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de busca, triagem e escolhas dos artigos utilizados para a realização desta revisão de literatura estão descritos no fluxograma a seguir (Figura 1):

Figura 1. Análise de artigos – Fluxograma com processo de busca, filtragem e seleção dos artigos de acordo com o sistema PRISMA.



Fonte: Própria autora (2025).

Dessa forma, com base nos processos descritos no fluxograma, foram removidos os artigos que não foram disponibilizados na íntegra, que não atenderam com os critérios, que apresentassem irrelevância para construção da pesquisa ou que não se enquadram nos objetivos do presente estudo. Sendo assim selecionado um material bibliográfico composto por 9 artigos que, após a análise integral e minuciosa dos mesmos, tiveram suas principais informações dispostas no (Quadro 2):

Quadro 2: Principais informações dos artigos (n = 9) analisados.

AUTORES E ANO DE PUBLICAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO DO ESTUDO
Franca, D. (2023).	29/10/2023	“Capital, educação pública e trabalho: estratégia neoliberal como legitimadora da precarização do trabalho no Novo Ensino Médio na Paraíba”.	Enfatizam analiticamente o papel do Novo Ensino Médio e sua contextualização nas dinâmicas neoliberais como um projeto de hegemonia político-estratégico destinado a formatar determinadas esferas sociais por meio de discursos aparentemente atraentes de inovação, flexibilidade e integração com o mundo do trabalho.
(Carius, 2022)	18/09/2022	“Problematização do cotidiano e a Base Nacional Comum Curricular: relato de experiência em Estatística no contexto do Novo Ensino Médio”	Avaliou se a inserção de um problema cotidiano no contexto das aulas de Estatística para estudantes do Ensino Médio de fato promoveu situações de aprendizagem efetivas para estes.
Sachinski, G., Pasternak Glitz Kowalski, R., & Lupion Torres, P. (2023).	04/10/2023	“As disciplinas eletivas no Novo Ensino Médio”	Analisou as contribuições das disciplinas eletivas para a discussão de temas atuais e pertinentes ao contexto dos estudantes. Bem como as reflexões possibilitadas pelo relato de experiência das atividades realizadas durante uma disciplina.

SILVA, Emilly C.; ROGGIA, Isabel, (2022).	22/07/2022	“Nova estrutura do Ensino Médio e os impactos da inserção de disciplinas formativas na formação profissional do estudante brasileiro”	Teve como objetivo descrever o impacto que a nova estrutura do Ensino Médio pode causar nas perspectivas futuras de alunos ingressantes do ensino superior.
Fernandes, <i>et al.</i> (2022)	12/01/2022	“Os desafios do ensino remoto e as aplicações da BNCC no Ensino Médio: um estudo de caso a partir da escola estadual de ensino fundamental de Monte Santo, Campina Grande, Paraíba, Brasil”.	Teve como objetivo propor uma reflexão acerca da construção das bases curriculares de ensino proposto pelo MEC e observar a sua contextualização conforme a realidade enfrentada pelos alunos do 2º ano do Ensino Médio.
Ricarte Rodrigues, E.; Dourado da Cunha, G.; Saliba Manske, G. (2023)	13/07/2023	“NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E EXPECTATIVAS”.	O trabalho discutir sobre o Novo Ensino Médio (NEM) elencando as mudanças, desafios e restrições que gestores, professores e alunos encontrarão com a implantação deste modelo de ensino, além de analisar documentos normativos da educação brasileira com abordagem qualitativa.

AnPED	19/05/2023	“Pesquisa evidenciada por seminários da ANPED expõe críticas ao novo Ensino Médio; MEC amplia prazo para consulta pública”.	A série de seminários foi acolhida em universidades públicas com o intuito de fomentar um debate qualificado a partir de estudos da área.
AnPED	24/08/2023	“Pesquisadoras/es da ANPED analisam a proposta-síntese do MEC para o Ensino Médio”.	Pesquisadoras/es da ANPED que participaram da <u>série de seminários “Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a Consulta Pública”</u> , realizada entre maio de junho, foram convidados a analisar os pontos positivos e negativos da <u>proposta-síntese de reformulação do ensino médio</u> .
GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo, (2024).	15/04/2024	“Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do Ensino Médio e expectativas dos estudantes.”	Tem por objetivo fazer uma discussão geral sobre a reforma do Ensino Médio, refletindo em que medida alguns conteúdos e algumas práticas propostas convergem para conceitos e discursos de base individualista e meritocrática, já presentes no ambiente da escola pública, mas reforçados por essas mudanças.

Fonte: CAPES (2022;2023;2024); SCIELO, 2024; ANPED, 2023.

Tendo como referência a abordagem temática investigada nos artigos acima selecionados conforme os critérios de inclusão e exclusão instituídos que abrangem a literatura produzida sobre o Novo Ensino Médio no contexto nacional, podemos compreender que se trata

de estudos que trazem à tona diferentes aspectos da reconfiguração curricular que conduzirá os sistemas de ensino nacional partir de 2025.

Por fim resta-nos dizer que as discussões sobre o Novo Ensino Médio tratam de questões sociais e políticas relacionadas à formação humana abrangendo discussões sobre estruturação curricular e os impactos dessa medida, mediados por um documento normalizador do ensino, a Base Nacional Comum Curricular. Portanto, por se tratar de uma lei sancionada, às vésperas de sua implementação, é preciso aguardar seus efeitos e dar crédito a todos esses debates para tomá-los como referência para avaliar os possíveis impactos dessa nova ordem nacional para o Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões estabelecidas através do presente estudo sobre a mais recente reformulação curricular do Ensino Médio, nos proporcionam compreender a dimensão dos desafios lançados para a execução da lei implementada, uma vez que o texto aprovado estabelece mudanças significativas no que diz respeito a diversos aspectos retratados neste estudo.

As reflexões tomaram como base a Lei 14.945/2024, sancionada em 31 de julho de 2024. Como o nosso foco incide sobre a análise dos discursos divulgados sobre o NEM, o documento analisado também permite uma leitura acerca das implicações práticas do novo modelo (Bardin, 2016). Portanto, das disposições instituídas, depreende-se que há um enfoque na formação centrada na formação de competências técnicas e habilidades, evidenciando o lugar da formação de mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho. Como possibilidade de pesquisas futuras indicamos observar os discursos também das redes sociais para confrontar posicionamentos a partir das mídias e dos diversos atores sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. H. M. I. A História no contexto das reformas curriculares atuais do Ensino Médio: elementos para criação de um município seletivo no Distrito Federal. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharel em História). Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2020.

BRASIL. Lei 13415 de 16 de fevereiro de 2017. Presidência da República, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos Brasília, 2017.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20204>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Governo lança Novo Ensino Médio, com Escolas em Tempo Integral e nova proposta curricular. 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39571:proposta-preveflexibilizacao-e-r-1-5-bilhao-em-investimentos-em-escolas-de-tempo-integral> Acesso em: 26 de julho de 2023.

BRITO, Élida Karla Alves de; SILVA, Francisco Vieira da. Discursos sobre a reforma trabalhista em livros didáticos do Novo Ensino Médio. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 14, n. 00, p. e024003, 2024. DOI: 10.30612/eduf. v1 4i00.18640. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/18640>. Acesso em: 2 ago. 2024

CARIUS, Ana Carolina. Problematização do cotidiano e a Base Nacional Comum Curricular: relato de experiência em Estatística no contexto do Novo Ensino Médio. Conjecturas, v. 22, n. 10, p. 206-217, 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1539> Acesso em: 16 de julho de 2024.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. Retratos da Escola, v. 16, n. 35, p. 285–293, 15 set. 2022.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo Ensino Médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019.

DA SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. Educação, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018.

DE OLIVEIRA, P. B. Reforma do Ensino Médio: O Espaço da Arte no Currículo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2017.

FERNANDES, ACG.; BORGES, IMS.; SANTOS, AFL dos; CAMPOS, JO.; SILVA, ECB da.; SILVA, JRA da.; MARTINS, MS.; SILVA, CHL da.; SILVA, JA da.; FREIRE, JGTB.; BATISTA, Érica D. de O.; BARBOSA, JB.; PAIVA, CRB de. Os desafios do ensino remoto e as aplicações da BNCC no ensino médio: um estudo de caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monte Santo, Campina Grande, Paraíba, Brasil. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e48511125133, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.25133. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25133>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. Educação e Pesquisa, v. 50, p. e273348, 2024.

RICARTE RODRIGUES, E.; DOURADO DA CUNHA, G.; SALIBA MANSKE, G. Novo Ensino Médio: desafios e expectativas. Devir Educação, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e–640, 2023. DOI: 10.30905/rde.v7i1.640. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/640>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Sancionada lei que reestrutura o ensino médio. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/sancionada-lei-que-reestrutura-o-ensino-medio>>.



SILVA, E. C.; SILVA, E. C.; ROGGIA, I. Nova estrutura do Ensino Médio e os impactos da inserção de disciplinas formativas na formação profissional do estudante brasileiro. *Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas*, Santa Maria (RS, Brasil), v. 23, n. 2, p. 1–13, 2022. DOI: 10.37780/ch.v23i2.4113. Disponível em:

TAVARES, B. M. A Reforma do Ensino Médio e a Negação do Direito à Educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade de Brasília Faculdade de Educação. Brasília-DF, 2019.